

FORMANDO O PROFESSOR PRIMÁRIO: A ESCOLA NORMAL E O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Liéte Oliveira Accácio (UENF)

A longa história da formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental em instituição pública, no Rio de Janeiro, tem produzido diversos trabalhos acadêmicos como, entre os iniciais, da década de 1980 à primeira metade da década de 1990, Castro (1986), Accácio (1993), Mendonça (1993), Martins (1996). A relevância do tema da Escola Normal e do Instituto de Educação passa pela política educacional, especialmente a conduzida pelos reformadores da educação brasileira nos anos vinte e trinta do século XX. O trabalho analisa o desenvolvimento da instituição que forma o professor primário, recuperando a gênese na Escola Normal da Corte e na Escola Normal do Distrito Federal, esclarecendo a importância da criação do Instituto de Educação do Distrito Federal. Trata da organização, transformações, relevância da escola no movimento de mudança na educação, ordenação do campo educacional e profissionalização do educador. Observa a dinâmica do espaço escolar, a sistematização do tempo de formação geral e profissional e a seleção dos conteúdos sócio-culturais dos currículos. Trabalha a partir de fontes primárias produzidas do final do século XIX até a primeira metade do século XX.

1 - O Ensino Normal

Com a abdicação de Pedro I, em 1831, a pressão dos liberais e as tendências regionalistas dominantes aparecem no Ato Adicional de 1834 que transfere às assembleias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, acabando com o sonho de alguns de um sistema nacional de educação e colaborando na fragmentação do ensino. Na sociedade brasileira baseada no latifúndio e na escravidão a educação permanece doméstica e escolar, aristocratizante, antidemocrática, para privilegiados, aumentando as desigualdades entre as classes pela ausência de uma educação popular e fabricação de grande massa de analfabetos. A instrução primária, confiada às províncias de recursos limitados, não se expande, atende apenas pequena parte da população, permanece sem nenhuma estrutura e sem caráter formativo, reduzida ao ensino da leitura, escrita e cálculo.

Nesse momento de desprestígio, despreparo e improvisação dos professores e de dificuldades no ensino primário criam-se as primeiras escolas normais brasileiras, o máximo em educação que uma província pode instituir. A primeira em Niterói em 1835, na Bahia em 1836 e no Ceará em 1845, com objetivo de formar professores primários melhor preparados, mas com uma organização rudimentar - em sua maioria não ultrapassando o nível primário superior - e que depois desaparecem. A Escola Normal de Niterói representa um marco, já que foi a primeira escola normal pública das Américas. Lourenço Filho, comentando esse fato, mostra que nossa precedência de alguns anos no adotar instituições públicas para o preparo do mestre logo seria ultrapassada em quantidade e qualidade. No fim do século, os Estados Unidos já mantinham duzentas escolas normais, introduzindo a pesquisa, as idéias de Pestalozzi e de Herbart e reagindo contra o ensino de simples memorização, que se desenvolvia em nossas escolas. (Cf. LOURENÇO FILHO, 1934)

Em São Paulo, considerada a província com melhor instrução e com a economia mais desenvolvida, cria-se a Escola Normal em 1846, destinada somente a homens, e com um único professor catedrático de Filosofia e Moral no curso anexo à Faculdade de Direito. A escola funciona em sala contígua à Catedral da Sé e forma apenas cerca de quarenta professores em vinte anos até 1867, quando desaparece. Em 1874, ressurgiu a Escola Normal em São Paulo, com um curso de dois anos e novo plano, mas, por falta de verba para instalação e custeio, novamente é fechada em 1878. Só, afinal, em 1880, o presidente da província de São Paulo reinstala a Escola Normal com um curso de três anos. (Cf. AZEVEDO, 1976)

Essas primeiras escolas normais, instaladas pelas províncias, não conseguem prosperar nem modificar o panorama do ensino primário, que continua escasso, exercido por professores improvisados, sem preparação específica, muitas vezes sobra de outras profissões, pois não há maior interesse em educar a massa popular. A província de Minas Gerais cria cinco escolas normais: a da capital e a de Campanha em 1872, a de Diamantina em 1879 e as de Paracatu e Montes Claros em 1880. Na província de Espírito Santo, em 1873, reforma da instrução primária manda criar uma escola normal. Na província do Rio Grande do Norte, a criação é em 1874 e na província do Amazonas, em 1882. Essas escolas são, em geral, franqueadas à população

feminina, mas, em sua maioria, o ensino não ultrapassa o nível primário superior.(Cf. MOACYR, 1939)

A formação de professoras para o ensino fundamental enfrenta muitos obstáculos, alguns devido à mentalidade tradicional da época, que considera os estudos demorados impróprios e nocivos à mulher, fazendo com que vários colégios secundários particulares femininos sejam forçados a fechar as portas. Outros obstáculos estão na grande instabilidade das escolas normais, na sua programação que detalha aspectos desnecessários e trata outros superficialmente, na falta da prática de ensino, por serem os cursos noturnos, e na não garantia da profissionalização. Apenas quando chegaram ao Brasil as idéias inspiradas no movimento que, na América do Norte e na Europa, tende a confiar à mulher o ensino da primeira infância e quando o positivismo, no Brasil, coloca a mulher como a portadora da reserva moral, as docentes do sexo feminino encontram maior espaço profissional.(Cf. ACCÁCIO, 1996a)

1.1- O Ensino Normal no Rio de Janeiro

Em 1874, a 25 de março, cria-se, no Rio de Janeiro, a primeira Escola Normal , particular e gratuita, com autorização e subsídios do Governo, para preparação do magistério de instrução primária. O curso desenvolve-se em três anos para alunos de ambos os sexos e funciona mais de dez anos, tendo, no primeiro ano de funcionamento, 104 alunos, demonstrando o interesse da população no exercício do magistério. Finalmente, em março de 1880, instala-se no Município da Corte a Escola Normal pública, oficializada por decreto e inaugurada com a presença do Imperador, funcionando, inicialmente, no Externato do Colégio Pedro II. Escola gratuita, recebe matrícula de 88 moças e 87 rapazes, sendo Benjamim Constant Botelho de Magalhães o primeiro diretor e a orientação curricular positivista. (Cf. SILVEIRA, 1954) O currículo extenso e enciclopédico, com disciplinas desnecessárias contém, nos quatro anos do curso, apenas uma cadeira referente ao ensino - a de Pedagogia e Metodologia - que se desenvolve somente no curso de Ciências e Letras, na segunda série como Pedagogia e Metodologia Elementar e na quarta série como Pedagogia e Metodologia Geral.O programa da primeira trata de noções de pedagogia e metodologia aplicáveis à escola primária, de ensino intuitivo e de Prática de Ensino nas escolas públicas primárias do

primeiro grau. Esse último aspecto tem efetivação pouco provável, pois trata-se de um curso noturno - de quatro às nove horas da noite - e de frequência livre, independente de matrícula. A finalidade da Escola Normal da Corte consiste na preparação de professores primários de 1^o e 2^o graus. Assim, a cadeira de Pedagogia da 4^a série apresenta programa mais abrangente: fim e importância da educação; educação física, intelectual, moral, religiosa e nacional; missão do professor do ponto de vista da educação e da instrução; relações do professor com as autoridades escolares; metodologia geral; ensino, método em geral e em pedagogia; didática; exercícios práticos do ensino primário do segundo grau das escolas anexas. (REGULAMENTO, 1884)

Recomenda-se aos professores das cadeiras do curso que sejam metódicos e corretos de forma que seu ensino possa servir de modelo ao aluno. Isso, certamente, terá levado a situações como as que relata Lourenço filho (1945) referindo-se às Escolas Normais de São Paulo que frequenta enquanto aluno, em que os futuros mestres se dividem em dois tipos: os que acrescentam depois de cada frase a expressão - Compreendeu? - e os que dizem - Não é isso? - cacoetes de ensino dos professores de uma escola modelo. Embora a escola receba alunos de ambos os sexos, há salas separadas para cada sexo, inclusive para os acompanhantes das alunas que podem assistir às aulas ou dirigir-se às salas destinadas ao respectivo sexo e comportar-se com urbanidade. Como se vê, embora em uma escola mista, fica-se muito distante da coeducação dos sexos, objeto de lutas ainda cerca de cinquenta anos depois, nos anos 30, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelas primeiras professoras primárias para preparar-se para a profissão. (Cf. ACCÁCIO, 1996a) Prevê-se que os professores da Escola Normal da Corte sejam nomeados por decreto ou por concurso, no caso das vagas para o curso de Ciências e Letras, com provas escritas, oral, prática e defesa de tese. Seus vencimentos ficam equiparados pelo Regulamento, aos dos professores do Imperial Colégio Pedro II, mas a equiparação não se efetiva (SILVEIRA, 1954). Isso demonstra a tentativa de fortalecer e investir de prestígio uma iniciante formação profissional do professor, que entretanto não consegue superar a barreira de desprestígio anterior. Além disso, o salário do Professor do curso de Ciências e Letras representa mais do dobro do valor do salário do Professor do curso de Artes, clarificando o

desvalor deste último, provavelmente freqüentado apenas por mulheres em vista da composição de seu currículo. De toda forma, a criação de uma Escola Normal no Município da Corte, única província em que o ensino primário e secundário permanece sob a tutela do Governo Central, terá representado um ponto importante no cuidado em valorizar uma incipiente formação profissional do mestre primário.

Com a Proclamação da República, Benjamim Constant - o primeiro diretor da Escola Normal - assume inicialmente a Pasta da Guerra e depois a da Instrução, Correios e Telégrafos e, na febre de legislação deflagrada com a mudança do regime, novas modificações atingem o ensino normal. Em maio de 1890, o curso da Escola Normal cresce para cinco anos e introduz a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de Comte. Observa-se que a cadeira de Pedagogia desaparece do currículo, mas continua a se falar em uma Escola de Aplicação anexa à Escola Normal, que funciona durante o dia, no próprio edifício da Escola Normal, e na qual os alunos e alunas aprovados nas duas primeiras séries praticam. Assim, a prática se desenvolve sem um embasamento teórico em um conteúdo educativo, já que é o próprio Diretor da Escola Normal que, de acordo com o professor da aula de aplicação, regula o ensino prático (REGULAMENTO, 1890). A desconsideração de uma teoria da educação, desse modo, não se reflete em desvalorização da prática, em razão da consonância da estrutura da Escola Normal à filosofia positivista.

Em 1893, o Conselho Municipal, por sua vez, irá modificar a estrutura da Escola Normal. A Escola continua mista, a idade de ingresso 15 anos no mínimo, e mantém-se a exigência, na matrícula, do exame de admissão para os que não possuem o certificado de estudos primários de 2^o grau. O curso, diurno, desenvolve em três séries o currículo extenso, com cadeiras de origem positivista somadas às humanidades, como Literatura Nacional e duas línguas estrangeiras. Continua a não constar nenhuma cadeira pedagógica, o que talvez estivesse relacionado a um arrefecimento da discussão sobre educação no âmbito das elites, relacionado com uma política que incentiva um estilo de vida ruralístico, onde o analfabetismo atua coadjuvando as fraudes eleitorais, o coronelismo. A prática, entretanto, permanece valorizada e efetuada na Escola de Aplicação, sob a direção de um professor e uma professora com os vencimentos igualados aos dos Professores de Ciências e Letras. Assim, a formação profissional do

professor continua a ser feita por cópia da prática, sem estudos específicos de educação que a embasem.

A Pedagogia retorna ao currículo da Escola Normal em 1897, com reforma do ensino público municipal. Além do curso diurno com quatro séries, volta a haver um curso noturno - embora bastante criticado - mas agora há um maior controle da frequência, estabelecendo-se um limite de faltas permitidas por disciplina que, ultrapassado, implica na perda do ano letivo. A formação pedagógica volta a avançar, pois, além da existência da cadeira de Pedagogia no 3^o e 4^o anos, exige-se um estágio de seis meses em uma escola primária. Esse programa permanece até pelo menos 1906. Nota-se a iniciação dos estudos psicológicos no âmbito do ensino normal com a cadeira de Pedagogia, no 3^o ano, englobando também a Psicologia, enfocando: Pedagogia e educação e suas relações com a Psicologia. Desenvolvem-se aspectos relativos aos fatores orgânicos, provavelmente sob influência das preocupações biológicas dos evolucionistas. No 4^o ano a Pedagogia aparece ligada à Metodologia, mas trata também de aspectos físicos e orgânicos, sociais e psíquicos. Seu programa enfoca a influência e a importância da educação e os limites de seu poder, um fator de conscientização dos mestres num momento em que se começa a ver, nos meios intelectuais e políticos, a educação como solução para os problemas brasileiros. Outros itens do programa de Pedagogia de 1906 tratam dos métodos e processos, da pedagogia da linguagem da metodologia da leitura e da escrita, da metodologia da gramática e dos exercícios de composição, da metodologia da Geografia e da metodologia da História (PROGRAMA, 1906).

A importância da educação física aparece a partir das preocupações biológicas ligadas à raça e à higiene e além da Ginástica constar em todos os currículos, o programa de Pedagogia preocupa-se em passar aos mestres primários uma pedagogia da Educação Física. Esta associa-se à higiene escolar em item que fala de uma educação física negativa e desenvolve uma pedagogia dos preceitos higiênicos. O surgimento da preocupação com estes preceitos consta também da inclusão da cadeira de Higiene no currículo da Escola Normal, que representa a única diferença em relação ao currículo de 1897. A alteração informa a interrelação da organização da Escola Normal com os acontecimentos da sociedade carioca, pois a época corresponde ao do saneamento do

Distrito Federal por Osvaldo Cruz, que combate a febre amarela entre 1903 e 1907, utilizando as brigadas de mata-mosquitos e procurando difundir entre a população preceitos higiênicos. (ACCÁCIO, 1996a)

Em 1901 caracteriza-se o magistério primário como profissão feminina, por meio da restrição da matrícula na Escola Normal do Distrito Federal exclusivamente às moças. Por essa época, as portas das escolas normais já estão franqueadas inteiramente às mulheres, que passam a ter presença dominante no ensino primário, segundo Fernando de Azevedo (1976). O Decreto Municipal nº 1.059, de 1916, reorganiza o corpo funcional da Escola Normal, com os regentes de turmas assumindo a categoria de docentes, após habilitação frente a uma comissão de catedráticos presidida pelo Diretor da Escola Normal, que caracteriza essa Escola como um estabelecimento profissional, destinado a preparar o candidato à carreira do magistério. Assim, Peixoto investe na preparação profissional dos professores - tanto os docentes da Escola Normal, como os formados por ela - por entendê-los não como autodidatas, mas como profissionais do ensino, adequadamente formados. Afrânio Peixoto realiza outras modificações no sentido de um aperfeiçoamento administrativo e pedagógico, como o encerramento definitivo do curso noturno.

No programa de 1916 vê-se o aparecimento da Psicologia como disciplina separada da Pedagogia, e com carga horária idêntica a esta, resultado da importância que vão tomando, por transplante de outros países, os estudos das emoções, dos sentimentos, assim como as medidas de avaliação do rendimento escolar. Lourenço Filho, em artigo de 1937 em que historia as modificações por que passou a formação do professor primário, registra a Reforma de Afrânio Peixoto como a primeira tentativa de separar o ensino profissional, do ensino propedêutico, pela divisão do curso da Escola Normal em dois ciclos, um preparatório e outro profissional, com a escola de aplicação desenvolvendo a eficiência da prática escolar. Talvez aí o motivo da constituição da Psicologia como matéria autônoma, encorpando - junto à Pedagogia e à Prática Escolar - o conjunto de matérias de cunho profissional, cujo pequeno número em relação ao grande número de matérias propedêuticas Lourenço Filho (1937) critica.

Pela Reforma de 1914, a escola de aplicação deixa de ser autônoma e fica subordinada diretamente ao Diretor da Escola Normal sendo, em 1915, anexada à

Escola Normal, embora ocupe prédio escolar afastado. Com ela a Prática Escolar se desenvolve e aumenta a carga horária. (SERRANO, 1930). A atuação de Peixoto em relação à prática escolar é relevante, tendo Lourenço Filho se referido a esse momento como o de desenvolvimento da Prática e Venâncio Filho (1945) apontado aquele educador como o criador da Escola de Aplicação. Não há uma relação maior entre a teoria e a prática, restrita à Escola de Aplicação e seus professores das turmas de curso primário, sem que haja envolvimento, em termos pedagógicos, dos professores das matérias teóricas da Escola Normal. A qualidade da prática do ensino depende, dessa forma, da qualidade das professoras primárias regentes das turmas. Assim, a estruturação do ensino prático vai representar uma base pedagógica desenvolvida, posteriormente, na formação do magistério primário do Rio de Janeiro sob a direção dos renovadores da educação compromissados com a Escola Nova: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

O fato da prática escolar haver ficado nas mãos de professoras primárias lhes dá respeitabilidade e autoridade, mas representa um descompromisso dos outros setores da Escola Normal com a área pedagógica, base profissional da formação do magistério. Daí uma das razões porque, até 1928, em quarenta anos existência, a Escola Normal do Rio de Janeiro não consegue modificar em profundidade o panorama de descrédito da formação profissional do professor, que continua em grande parte um autodidata. As reformas da Escola Normal situam-se num plano elementar de administração e organização do curso e das séries, sem atender aos problemas fundamentais da educação. Falta concepção pedagógica, unidade orgânica, senso de realidade humana. Currículos, duração do curso variam arbitrariamente, ao sabor de influências filosóficas e políticas sem maiores correspondências sociais.

2- A Escola Normal e a Reforma de 1928

A Reforma da educação, empreendida por Fernando de Azevedo, enquanto Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, em 1928, implanta uma série de modificações no currículo da Escola Normal .

A ênfase no ensino primário, de base, procurando criar uma consciência social do problema educacional, postulado da Escola Nova, torna necessário que, para aquele

ser reformulado, haja reforma do ensino de seus profissionais, uma formação mais adequada dos professores. Fernando de Azevedo (1958) reconhece depender da preparação do magistério o êxito da Reforma da Educação que empreende no Rio de Janeiro. Assim, a Reforma de 1928 remodela a estrutura da Escola Normal, passando-a da categoria de ginásio com algumas cadeiras pedagógicas, para um curso de cinco anos de preparação profissional, com três anos propedêuticos e dois anos de matérias especializadas para a formação do professor. Cria, ainda, o curso complementar primário superior - para cujo ingresso tem preferência os alunos que hajam concluído o curso primário de cinco anos - vocacional, com dois anos de duração, anterior ao propedêutico, o que torna de fato o período da Escola Normal de sete anos.

Azevedo procura maior solidez na cultura básica e na formação profissional dos novos professores municipais, dotando sua preparação de uma estrutura que a eleve e dignifique e de um ambiente que lhe permita funcionar adequadamente. Mantém o padrão francês, segundo Lourenço Filho (1934), formando o professor no nível dos estudos primários após o curso de primeiras letras, e permanece a diferença entre o ensino normal e o ensino secundário geral que é exigido para a matrícula nos cursos superiores. Inicia-se, porém, a separação entre o curso preparatório e o profissional, de estudos propriamente pedagógicos, limitada em sua amplitude não pelo desejo dos reformadores, mas pela impossibilidade representada pelo não atendimento à legislação federal. O projeto da Reforma chega a considerar o curso da Escola Normal como secundário e dando direito a certificado desse tipo, mas o artigo recebe o veto do Prefeito, justificado pela infração do dispositivo da Lei Orgânica que não permite à Municipalidade manter ensino secundário.

Do ciclo geral ou propedêutico (de três anos) do curso de preparação profissional da Escola Normal, faz parte a Psicologia, considerada facultativa por decreto de 1921, e reintroduzida na forma de Psicologia Geral, no terceiro ano, como estudo obrigatório. Volta a aparecer no quarto ano, que já faz parte do ciclo profissional, como Psicologia Experimental. A cadeira de Psicologia, para os reformadores, serve de base à organização da Escola Normal como um centro de pesquisas pedagógicas e prepara suas diplomadas como "aplicadoras conscienciosas e verificadoras autorizadas" (PROGRAMA, 1929, p.26) dos princípios ditados à educação da criança. Estariam

teoricamente abertos os caminhos para a psicologização do ensino por meio da divulgação dos testes contidos no estudo da Psicologia Diferencial ou pela ligação com a cadeira de Pedagogia. Entretanto, não há esta a ênfase no ensino na Escola Normal do Distrito Federal durante o período Fernando de Azevedo, seja pela não incorporação imediata por professores e alunos de modelos estrangeiros (MENDES,1987), seja pelo maior relevo dado aos aspectos sociais, seja pela organização na Diretoria de Instrução de uma comissão para estudar mais detidamente o assunto antes da introdução dos testes nas escolas (PILETTI,1982). Além da Psicologia Experimental e sua aplicação à educação, fazem parte do ciclo especial ou profissional de dois anos a Pedagogia, a Higiene e Puericultura, a Sociologia, a História da Educação e a Didática, o que origina crítica de Lourenço Filho (1934) à exigüidade da formação técnica, profissional. A regulamentação da Reforma ainda distribui pelo currículo do curso profissional Física, Química, História Natural, Desenho e Educação Física, disciplinas do curso propedêutico que aí se prolongam, corroborando a crítica.

Não se nota, no currículo da Escola Normal, ênfase na técnica, resultado de opção de Azevedo (1958), que considera os problemas fundamentais da educação, como problemas filosóficos, questão de ideais. O objetivo, para o reformador, deve ser dar ao mestre primário uma base mais sólida de cultura geral, humanista, embora não reduzida a erudição clássica. Observa que, na própria América do Norte, rompe "um movimento social idealista", contra o racionalismo, "contra o tecnicismo invasor" (AZEVEDO, 1948, p.254). Cabe, às cadeiras pedagógicas, estabelecer a relação do ensino com a sociedade a que serve e suscitar, na professoranda, a convicção do papel social da escola primária na democracia, estimulando-a a atuar decisivamente na obra da educação popular, encontrando aí os preceitos liberais oportunidade de sua difusão.

3 - A Criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro

O contexto histórico do período após a vitória da Revolução de outubro de 1930 e a ascensão ao governo da República de Getúlio Vargas, não apresenta alterações substanciais nas relações das instâncias econômica e política, apesar da derrota dos oligarcas do café. Estabelece-se o Estado de compromisso - com o acordo entre as várias frações da burguesia, o Exército, as classes médias dos centros urbanos -

caracterizado por maior centralização e intervencionismo nas unidades estaduais. Os quadros dirigentes tendem a abandonar as fórmulas liberais e sofrer a influência de idéias autoritárias, não obstante a instalação de alguns dispositivos liberais na Constituição de 1934, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1933 (Cf. FAUSTO,1991). Em 24 de fevereiro de 1932 é promulgado o novo Código Eleitoral que institui o voto secreto, a Justiça Eleitoral e amplia o corpo político, concedendo o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo, o que assinala a admissão da mulher à cidadania política, mas caracteriza uma nova forma de discriminação do cidadão. O Código Eleitoral, embora bem elaborado, não se mostra suficiente para modificar práticas políticas inadequadas, já que uma lei não possui a força de modificar a consciência política e a cultura dos homens (Cf. LIMA,1935). Essas modificações envolvem transformações profundas, estruturais do próprio regime social e não simples mudança de rótulos. O caminho para a reconstitucionalização do país estava sendo trilhado, de certa forma, pela pressão resultante da derrotada Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. A questão social se transferia para o interior do Estado, com as relações de trabalho recebendo regulamentação estatal, o empresariado acatando a legislação trabalhista (após polêmica político-ideológica com o Governo por não perceber seu objetivo de preservação dos interesses da classe) e a tentativa de controle da classe operária, que apresenta crescente organização sindical. Pretende-se enfraquecer as lideranças operárias radicais, através de medidas coercitivas e manipuladoras e busca-se a "paz social" (VIANA,1989, p.87). Os tenentes assumem os governos estaduais, sendo nomeados Interventores e acumulando poderes no âmbito executivo e legislativo no interior de seu Estado, com objetivo de diminuição da influência das organizações oligárquicas locais, o que pouco conseguem. O Rio de Janeiro tem inicialmente como Interventor Federal Adolpho Bergamini (de 24/10/30 à 10/10/31), político de oposição substituído pelo tenente civil Pedro Ernesto Baptista, conceituado cirurgião, liberal, participante do Clube 3 de Outubro - organização tenentista que pressiona Getúlio Vargas, se manifesta contra as oligarquias, apóia os Interventores, luta contra a Revolução de 32 e a Constituinte (SILVEIRA, 1954).

De segmentos das classes médias surgem manifestações direitistas de origem nacionalista a que se juntam ideologias antiliberais e racistas, formando a Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1932. Nem todos os segmentos conservadores a apóiam, mas a Igreja vê com simpatia o movimento do sigma (Cf. CARONE, 1978). A Igreja Católica que se acha desvinculada do Estado a partir do início da República laica em 1889, faz, desde então, oposição surda aos dirigentes federais. Com a criação, na década de 20, do Centro Dom Vital e da revista A Ordem - sob a direção de Alceu Amoroso Lima na década de 30 - assume atitude mais agressiva e, após a Revolução de outubro, volta à arena política em pressão antiliberal e anticomunista e institui a Liga Eleitoral Católica, em 1933, que indica e critica candidatos a postos eletivos.

Em 14 de novembro de 1930 o Governo Revolucionário, em fase de constituição do aparato burocrático, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública nomeando para seu titular Francisco Campos, que, poucos meses depois (abril/junho de 1931), através de decretos, reorganiza o ensino secundário, comercial e superior e possibilita o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, propiciando uma aliança do Estado com a Igreja Católica. Entretanto as medidas são consideradas - pelos educadores preocupados com a renovação do ensino - fragmentárias e não atingindo o ensino popular, e a Associação Brasileira de Educação (ABE) convoca a IV Conferência Nacional de Educação com o fim de adotar posições em relação aos problemas globais da educação e definir uma política nacional para o setor. A Conferência realiza-se em dezembro de 1931 no Rio de Janeiro, com o tema "As Grandes Diretrizes da Educação Popular", instalada por Getúlio Vargas discursando aos educadores sobre sua convocação para encontrar o sentido pedagógico da Revolução de 1930, que o Governo se compromete a adotar na reconstrução do país. Estabelecem-se entre os participantes divergências sobre aspectos fundamentais - como a prioridade do Estado na manutenção do ensino, o ensino leigo, escola única e co-educação dos sexos - o que redundou na retirada do grupo católico do plenário. Resulta da Conferência o documento, redigido por Fernando de Azevedo e com assinatura de vinte e cinco educadores, conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", divulgado pela imprensa em março de 1932 (LEMME, 1984, p.263). Observa-se que as diferenças entre as idéias liberais escolanovistas sofrem a influência do compromisso que os une, em oposição ao

pensamento elitista excludente e espiritualista da Igreja Católica. Um dos signatários do Manifesto, Anísio Teixeira, desde 1931 encontra-se à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, convidado pelo Interventor Federal no Rio de Janeiro Pedro Ernesto.

3.1 -O Instituto de Educação do Distrito Federal

Com a vitória da Revolução de 1930, termina a administração de Fernando de Azevedo como Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, substituído sucessivamente por Osvaldo Orico, docente da Escola Normal e por Raul de Faria, inspetor escolar no Distrito Federal, opositores da Reforma da educação de 1928 atingidos em seus interesses profissionais por suas normas (IDEM,1988). Assume, em 15 de outubro de 1931, a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira com programa de ação que objetiva “executar, melhorando e ajustando a grande obra de seu antecessor” (VENÂNCIO FILHO,1945, p.23). Teixeira busca dar continuidade ao trabalho de Azevedo, aproveitando acertos e erros da gestão anterior para avançar na obra político-administrativa, fato raro quando se observa historicamente a prática educacional brasileira.

Anísio Teixeira observa que o sociólogo Azevedo marcara a linha da nova orientação da política educacional, mas considera que havia necessidade de outros técnicos para tornar a obra mais objetiva, mais científica, menos pessoal. Pretende pautar-se pelo método "da experimentação gradual das soluções e da obediência rigorosa às condições locais" (TEIXEIRA, 1934, p.100). Busca a aceitação da comunidade educacional do Rio de Janeiro que reage a mais um elemento estranho, tentando demonstrar não pretender realizar um simples transplante de experiências de outros países. Em sua preocupação com a educação popular e universal, como seu predecessor considera essencial na reorganização do sistema educacional o cuidado com o mestre, com seu preparo cultural e técnico, suas condições de remuneração e de trabalho e atributos de formação moral e social. (DECRETO nº 3810/32,Exposição de Motivos)

A Escola Normal é dirigida, da Revolução a novembro de 1931, pelo professor docente Mário Vieira de Rezende - habilitado em 1923 por legislação criticada e extinta

por Fernando de Azevedo - que sente-se contrariado em sua orientação e solicita demissão pouco após a posse de Pedro Ernesto como Interventor no Distrito Federal (Cf. SILVEIRA,1954). O clima de lutas e de revanchismo grassa nos meios educacionais e os reformadores da educação encontram dificuldades nas relações com o corpo docente. Em substituição ao diretor assume o também docente da Escola Normal, Carlos Accioly de Sá, médico cearense, católico praticante, filho de Francisco de Sá, Ministro da Viação nos governos Nilo Peçanha e Arthur Bernardes (ACCÁCIO, 2002). Em seguida, a Congregação da escola designa uma Comissão de Professores da Escola Normal que colabora com seu novo Diretor, com o Diretor de Instrução Pública e com Lourenço Filho, elaborando a reforma do sistema de preparação do professor. O Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, que resulta dos trabalhos desse grupo, regula a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal e seus estabelecimentos anexos.

Para dirigir o novo Instituto de Educação do Distrito Federal o prefeito Pedro Ernesto convida Manuel Bergström Lourenço Filho, professor primário, professor das escolas normais de Piracicaba e de São Paulo, Diretor de Instrução do Ceará de 1922 a 1924 e de São Paulo de 1930 a 1931 - quando empreendera reforma das Escolas Normais – que chefia o Gabinete de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública, onde se encarrega de projeto de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Possui, portanto, experiência abrangente na educação, da qual a formação do magistério é parte importante. Francisco Venâncio Filho (1945, p.24), colaborador de Teixeira, observa que

A obra de estrutura orgânica que Anísio Teixeira concebera e fixara em lei, instalada no prédio amplo e harmônico que Fernando de Azevedo sonhara e transferira para a realização arquitetônica, ia encontrar em Lourenço Filho o formador e o criador. O Instituto de Educação representa, assim, uma síntese dos três maiores líderes do movimento de renovação educacional do Brasil, que nele se encontram no seu idealismo e na sua capacidade de realização.

O Instituto de Educação incorpora em um só estabelecimento uma Escola Secundária, uma Escola de Professores e uma Escola de Aplicação. A Escola

Secundária, com cinco anos de ciclo fundamental mais uma 6ª série ou ciclo complementar, destina-se a preparar candidatos à Escola de Professores, com curso de dois anos em nível superior, para a qual se exige o certificado de conclusão do curso secundário. Assim, em substituição ao curso não diferenciado da Escola Normal - que mesmo com modificações introduzidas por Fernando de Azevedo continua dentro do padrão francês - o Decreto nº 3.810/32 estabelece o regime de cursos paralelos e graduados, com um currículo mínimo de oito anos.

Anísio Teixeira, vindo de experiência, em 1931, como Superintendente do Ensino Secundário no Ministério da Educação e Saúde Pública, apóia-se na legislação sancionada por Francisco Campos que permite e reconhece a organização dos dois cursos seriados - o fundamental e o complementar - do ensino secundário em estabelecimentos de ensino secundário equiparados ou livres, mantidos por Governo Estadual, municipalidade, associação ou particular. Os decretos federais facultam às instituições de ensino secundário oferecer outras disciplinas, além das determinadas na seriação oficial e estabelecem diferenças entre as disciplinas obrigatórias do curso complementar, para alunos candidatos a cursos superiores jurídicos, de medicina, engenharia ou educação (as desse último não determinadas). Anísio utiliza esses dispositivos para viabilizar o Instituto de Educação, cuidando em dar aos cursos características de unidade e flexibilidade, sem rigidez na divisão e independência das matérias, que, como indica na exposição de motivos do Decreto nº 3.810/32, tornam o ensino um conjunto de conhecimentos fragmentários e isolados. O Instituto de Educação empreende, na formação do professor primário, a separação total do curso geral ou preparatório em relação ao curso profissional ou pedagógico (em nível superior) e a equiparação do valor de sua escola preparatória à escola secundária federal, dando acesso a todos os cursos superiores, objetivo pelo que lutam os reformadores.

A organização dual da educação brasileira, de segregação entre a formação da cultura popular e a pseudo-formação da elite nacional, recebe a crítica de Teixeira que considera que se copiara mal o figurino francês, em que uma organização popular de educação - prática, utilitária - leva somente às escolas profissionais e normais primárias, enquanto outra organização independente, de cultura da elite - desinteressada, severa e

longa - leva através do primário e do liceu secundário ao ensino universitário e à escola normal superior. No Brasil, para Anísio Teixeira (1935, p.232), desmoralizara-se socialmente a educação destinada ao povo, simples formação primária para pobres, e prestigiara-se em excesso a formação da elite pela facilidade e sanção oficial dos diplomas, com "formação de doutores de toda ordem, nem profissionais, nem tão pouco intelectuais de qualquer espécie". Considera que se deve trabalhar para que o ensino secundário seja "não um ensino seletivo, rígido, destinado a alguns indivíduos", mas um ensino adaptado aos adolescentes em geral, com o "objetivo social de preparar os quadros médios da cultura técnica e geral para todos os tipos de trabalho, inclusive o intelectual" (TEIXEIRA, 1934, p.140). Dessa forma, evitando a dicotomia educação profissional para o povo, educação acadêmica para a elite - que até em sua origem européia recebe questionamentos e modificações – o Diretor de Instrução do Distrito Federal preocupa-se em dar "unidade de propósito geral" ao ensino secundário, "articulando-o sempre com o ensino primário, ligando-o quando possível ao ensino chamado superior e permitindo entre os seus diferentes e diversos ramos transferências razoáveis de alunos" (IBID, p.141). Inclui entre os objetivos do sistema escolar do Distrito Federal o de ministrar o ensino secundário organizado de acordo com a legislação federal, com base no Decreto nº 3.763/32 do Interventor Federal Pedro Ernesto. Dessa forma, na organização do ensino secundário, Anísio Teixeira atua no sentido da equiparação entre os diversos ramos ao permitir transferências de alunos entre eles e acesso ao nível superior. Registra-se um dos momentos de afloramento da visão precursora de Anísio na educação, pois a equivalência ensino secundário / ensino técnico / ensino normal, objeto de divergências, só se efetiva bem mais tarde na história da educação brasileira.

Os decretos reguladores do espaço escolar expressam, no campo pedagógico, o poder do direito oriundo do Estado na construção da realidade social, delimitando suas instâncias de atuação. O Diretor de Instrução Pública, em seu esforço codificador, conquista espaço na conjuntura política dos anos 30 para ampliar as instituições que influem na formação do educador profissional na medida que investe na transformação do instrumento jurídico na prática pretendida. Assim, como uma das primeiras medidas de Anísio à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro a criação do

Instituto de Educação demonstra a importância que confere à profissionalização do educador.

Órgãos do Ministério de Educação e Saúde Pública reconhecem e concedem inspeção federal à Escola Secundária do Instituto de Educação, formalizados por meio de "Avisos"(1932) assinalando o "perfeito plano de adaptação dessa Escola" à legislação federal. Entretanto, o Conselho Nacional de Educação manifesta-se contra a validade da inspeção concedida, demonstrando a resistência de grupos do poder federal ao espaço conquistado pela atuação dos reformadores da educação na máquina governamental. Apesar da oposição, em junho de 1934, há intenção de dar situação privilegiada à Escola Secundária do Instituto de Educação por meio de sua federalização, em projeto de decreto do Ministro de Educação, defendido por Lourenço Filho junto a Anísio Teixeira, que não chega a ser aprovado. O fato repercute entre alunos e professores do Instituto da Educação e do Pedro II - muitos professores dão aulas em ambas as escolas e os alunos mobilizados quase travam embate físico - pois comenta-se a possibilidade da primeira escola assumir a posição de padrão federal em lugar do segundo, o que representaria, se efetivado, uma intervenção alterando as relações de poder nas instâncias educacionais do Distrito Federal, com reflexos nacionais. (ACCÁCIO, 1995) A reação diante da hipótese, contribui para esquentar o clima de oposição entre correntes do mundo pedagógico e assinala o peso e a importância do novo Instituto de Educação dentro da comunidade de educação, pela imposição de suas qualidades de organização.

4. A Organização do Instituto de Educação do Distrito Federal

Com a criação do Instituto de Educação, em 1932, o diretor da Escola Normal, Carlos de Sá, passa a dirigir um de seus componentes, a Escola Secundária, e Lourenço Filho assume a direção geral em conjunto com a direção da Escola de Professores de nível superior, em sistema coordenado para o objetivo final de formação do magistério. O diretor da instituição superintende ainda o Jardim de Infância e a Escola Elementar - escolas de demonstração e prática de ensino que compõem a Escola de Aplicação - que, por sua vez, tem diretor próprio: Ormindia Isabel Marques, professora que coordena a Prática de Ensino na Escola de Professores. (LOURENÇO FILHO,1934) O conjunto

harmônico de inter-relações administrativas e pedagógicas possibilita o desenvolvimento da mesma linha filosófica e pedagógica em todos os níveis. Nas funções do diretor, de organização dos cursos, programas, orientação do ensino e fixação de normas do regime escolar não fixadas em lei, assim como em outros aspectos da organização apresenta-se a influência americana.

Logo após a publicação do Decreto que cria o Instituto de Educação, a base de sua estrutura acha-se organizada em suas linhas gerais e o diretor geral indica professores para chefiar seções na Escola Secundária, demonstrando experiência administrativa, eficiência na organização de uma burocracia oficial da educação, dentro do papel de intelectual especializado na escola que atende às necessidades emergentes de racionalização burocrática dos anos 30 e 40. O diretor da Escola Secundária, Carlos Sá, licencia-se em abril, sendo substituído por Mário Paulo de Brito, membro da Associação Brasileira de Educação que desenvolve atividades políticas desde o governo Arthur Bernardes e colabora com Lourenço Filho na similitude de propósitos educacionais.

Reduz-se o custo por aluno na Escola Secundária para Rs 786\$985 e na Escola de Professores Rs 602\$138, bem menor que o da antiga Escola Normal de Rs 2:197\$000 (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 1934). A organização do Instituto, sem excesso de pessoal docente e administrativo, com prédio próprio e verbas competentemente manejadas, conforme pode-se observar nos documentos referentes a concorrências para aquisição de materiais, uso de verbas de pronto pagamento e outros aspectos financeiros, demonstra o interesse com que se cuida, nesse momento, da formação de professores e a administração cuidadosa do Diretor do Instituto de Educação, dirigida e apoiada pelo Diretor de Instrução. Da mesma forma o novo Instituto de Educação obtém sucesso em relação à Escola Normal no aumento de matrículas. Esta possui, em 1929, 1.160 alunos no Curso Complementar Anexo e no Normal; em 1930 sofre pequena queda com 1.072 alunos nos mesmos cursos; em 1931, após mudança para o novo prédio e junção com a Escola de Aplicação, ascende a 1.814 alunos. O Instituto, em 1932, possui na Escola Secundária, Escola de Professores, Escola Primária e Jardim de Infância quase o dobro de alunos, 2.883 (ACCÁCIO,1996b). Os dados vêm demonstrar o interesse pela profissão na

comunidade do Distrito Federal, agora valorizada pelo movimento renovador, conscientizado da falta de recursos humanos para a educação.

Dessa maneira, o Instituto de Educação apresenta-se organizado como um sistema completo, com oportunidades de ensino em todos os níveis, representando experiência de formação profissional do mestre primário com padrão mais elevado de cultura, assim como foco de ação e irradiação do movimento dos reformadores da educação brasileira. Pretende utilizar experimentalmente os métodos e processos da Escola Nova, no que se empenha Lourenço Filho.

A nova instituição atrai meninas de famílias de classe média, média baixa e filhas de operários, com elevado número de concorrentes aos exames de admissão ao 1º ano da Escola Secundária, única forma de ingresso ao Instituto de Educação. Compõem-se em um sistema fechado, pois não permite o ingresso de alunos por transferência e só ingressam na Escola de Professores aqueles que cursam a sua própria Escola Secundária, apesar da equivalência com as demais escolas secundárias, o que Lourenço Filho (1934) entende como função seletiva e vocacional. Esses fatos atendem a intenção de obter melhor qualidade na formação do professor primário, mas trazem o ônus de certa elitização do Instituto de Educação em termos da origem dos alunos, ou do valor atribuído à escola. O orgulho dos normalistas aparece no "status" conferido ao vestir seu uniforme e à possibilidade de ascensão social, que percebem no diploma de professor primário municipal, fato que começa a acontecer no Rio de Janeiro com a criação do Instituto.

4.1 O Exame de Admissão

Mário de Brito considera que não cabe ao Instituto de Educação papel direto na ampliação do atendimento à demanda por educação através da matrícula de grande número de alunos, mas um papel diverso, multiplicador. O movimento renovador opera a modificação dos métodos para cuja execução é necessário um novo professor. Para o jovem diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação cabe escolher entre os candidatos a essa Escola, "os que apresentassem maiores probabilidades de sucesso no magistério", de forma a melhorar o corpo docente primário municipal. (BRITO, 1934, p.27)

Anísio Teixeira acredita na gradualidade para se realizar mudanças, sem transições bruscas, operando paulatinamente, somando as ações no tempo até atingir o objetivo. À essa visão os novos diretores do Instituto de Educação somam aspectos determinísticos biológicos, hereditários e da influência da infância no desenvolvimento humano, inerentes à sua própria percepção. Dessa maneira, procuram aperfeiçoar os métodos de seleção para ingresso na Escola Secundária do Instituto de Educação, exigindo dos candidatos condições especiais de idade, saúde, inteligência, personalidade e elevado grau de aproveitamento anterior de ensino, condições que consideram necessárias para desempenhar as funções do professor primário condutor de mudanças. Contraditoriamente, a opção fecha as portas do Instituto de Educação à parcela significativa de alunos que não preenchem essas condições, por não falta das oportunidades que os reformadores pretendem estender a todos.

O exame de saúde inicia os exames de admissão, sendo extremamente rigoroso e exigindo quase perfeição física reprova muitos candidatos que não chegam a prestar as demais provas, o que acontece mais frequentemente com os de classes populares, com menos acesso a cuidados médicos e dentários. Mário de Brito explica, justificando-o, não ser habitual exames periódicos de saúde para prevenir perturbações, mesmo entre as pessoas abastadas. Desse modo, pretende que o exame de saúde pertença à categoria multiplicadora, funcionando o Instituto como "centro irradiador de educação higiênica e sanitária" para as famílias dos candidatos, ampliando o raio de ação da atuação educativa do estabelecimento (IBID, p.28). Entretanto, a preocupação eugênica impede que sejam aceitos candidatos fora dos padrões estabelecidos, como os de "peso inferior a dez ou mais quilogramas ou superior de quinze ou mais quilogramas ao peso considerado normal de acordo com o sexo e a idade" (INSTRUÇÕES,1933).

Os exames realizam-se no próprio Serviço Médico do Instituto de Educação, por juntas médicas que solicitam, quando necessário, exames complementares em serviços especializados oficiais, como o Serviço Radiológico e de Pesquisas Clínicas do Rio de Janeiro. Os candidatos sofrem tensão e constrangimento e, mesmo os que ultrapassaram a barreira, contam histórias de embarços causados por problemas de peso inferior ao considerado ideal ou leves problemas ortopédicos ou dentários. Várias têm dificuldades no exame de capacidade pulmonar, assustadas pelo médico que diz: "Professora tem que

ter fôlego para falar. Se não atingir o limite não entra".(ACCÁCIO,1993) Dizem também aos futuros normalistas que professor primário tem que ter saúde, pois não pode faltar à escola, já que um dia de falta prejudica os alunos. Essa pregação atua na formação ética percebida nos antigos professores primários, ou faz parte de certa visão de apostolado. A primeira perspectiva encontra-se mais disseminada entre os antigos alunos do Instituto de Educação no período, a segunda emergindo de outras fontes. Anísio Teixeira (1935) refere-se ao apostolado de educadores como contraditório e de pouca eficácia política. Mário de Brito (1934, p.31), atenuando a importância atribuída aos fatores eugênicos, alega aceitar candidatos com "defeitos ou perturbações da saúde ainda removíveis por tratamento adequado", que é propiciado pelo Instituto aos alunos sem condições financeiras.

Incorporam-se, a época, aos exames de admissão à Escola Secundária do Instituto de Educação, os testes. Lourenço Filho (1927) observa que nos Estados Unidos as idéias de renovação escolar sempre foram caracterizadas por rigorosa aplicação científica, tendo sido o primeiro país a criar um laboratório de pedagogia experimental. Assim, o teste de inteligência escolhido insere-se no molde do utilizado para seleção do exército americano na Primeira Guerra Mundial, com modificações e adaptações realizadas pelo Dr. José Paranhos Fontenelle, professor de Estatística aplicada à Educação da Escola Secundária. O teste de nível mental, "sem fixar um mínimo de eliminação a priori", em confronto estatístico com os resultados do teste escrito de 100 questões graduadas de Aritmética que o segue no exame de admissão, permite, para os reformadores, aproveitar os candidatos de maior capacidade intelectual (Brito, 1934, p.31). Não há divulgação em separado dos resultados do teste de inteligência e os candidatos são dados como aprovados (ou reprovados) em Aritmética. Os primeiros podem concorrer à prova escrita de Português, constante de uma redação e também eliminatória, sendo a aprovação obtida com 50 pontos no mínimo, como em Aritmética. Para ajustamento dos julgamentos anteriores, os candidatos são submetidos, ainda, a provas orais de Aritmética, Português, Rudimentos de Ciências, Geografia, História Pátria, além de uma prova adicional de Desenho, sem caráter eliminatório, exigindo a média 50 no conjunto com as demais provas.

Nota-se, nesse momento inicial do Instituto de Educação, uma mescla entre o uso de instrumentos de avaliação objetivos e tradicionais, pois, embora julgados de difícil aplicação, considera-se necessário familiarizar o professorado com os primeiros que, para Anísio Teixeira (1934, p.73), podem levar à percepção do "aluno como unidade de ensino". Instrumentos de individualização do ensino, ou, para Lourenço Filho (1927, p.27), instrumentos de "certeza", de "critério objetivo da ciência", os testes servem para transformação dos processos de ensino em uso e para substituição, pelos mestres, dos critérios subjetivos de julgamento.

A individualização liberal revela-se difícil de atingir no ensino de massa e a certeza desconhece todos os elementos intervenientes que a própria ciência vai apontando no decorrer do tempo, levando ao questionamento dos testes. Entretanto, se há iniciação do uso de instrumentos objetivos de medida, deve-se assinalar a persistência dos instrumentos subjetivos tradicionais, que não sofrem descrédito nem descaracterização no Instituto de Educação durante esse período.

5- Caminhando

Observa-se um caminhar, em todo o período tratado, no sentido da melhoria da formação do professor, objetivando transformá-lo de auto-ditada em um profissional mais adequadamente preparado para atuar no ensino.

A criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na década de trinta do século XX, por reformadores da educação brasileira que ocupam cargos na direção do ensino municipal, objetiva impulsionar a melhoria da qualidade da escola com base na crença de que um maior cuidado na formação dos mestres primários vai estabelecer melhores condições ao ensino. Dessa forma, o projeto político de reforma da educação no Rio de Janeiro tem uma de suas vertentes na importância atribuída a esse educandário. Há intenção de continuidade do trabalho, aproveitando-se acertos e erros para avançar na obra administrativa, fato raro quando observamos a prática educacional brasileira.

A Escola Normal e depois o Instituto de Educação proporcionam uma diferenciação no nível de formação e no papel que propõem ao professor primário que legitima um maior valor do diploma oferecido. Além disso, as décadas de 20 e 30, com

escassez de elementos qualificados para gerir iniciativas educacionais, permitem que uma formação escolar profissionalizante represente um trunfo que dá acesso a certos cargos por pessoas de origem modesta. Dessa forma, especialmente em relação ao Instituto de Educação, atende-se objetivo dos reformadores da educação, que pretendem a propaganda da profissão através do oferecimento de vantagens à carreira, enquanto se empenham em dotar o educandário das condições de qualidade que o façam destacar-se dentro do cenário educacional do Distrito Federal.

O Instituto de Educação desperta em seus alunos, sentimentos de orgulho, fascínio, respeito, deslumbramento. A realidade educacional se renova. Quebrando regras do controle do ensino secundário e superior pela União, Anísio Teixeira investe na dimensão transformadora da sociedade, esperando que professores primários melhor preparados possam redistribuir o ensino, democratizando-o. Os reformadores escolanovistas envolvidos no trabalho do Instituto de Educação do Rio de Janeiro preocupam-se em organizá-lo de forma a investir concretamente na melhoria da qualidade da formação do professor primário. Pretende-se, dessa maneira, formar uma elite intelectual que atue nas escolas públicas primárias, de forma a obter um efeito multiplicador na melhoria da qualidade do ensino.

BIBLIOGRAFIA

ACCÁCIO, Liéte de Oliveira. A Criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. In: Anped/18ª *Reunião Anual*. GT2- História da Educação. Caxambu, MG, 1995. 1 disquete

_____. Carlos Accioly de Sá. In: Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque & Britto, Jader de Medeiros (Orgs.) *Dicionários de Educadores no Brasil: Da Colônia aos Dias Atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC.Inep, 2002, p.206-212.

_____. Instituto de Educação do Rio de Janeiro: A História da Formação do Professor Primário (1927-1937), 1993, 331p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. O Ensino Normal. In: VIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Florianópolis, 1996. *Anais Formação e Profissionalização do Educador*. UFSC/CED/DESA/FAED. Florianópolis: Núcleo de Publicações- CED/ UFSC, Série Documentos, 1996 a

_____. O Instituto de Educação do Rio de Janeiro. In: *Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. Campinas, SP: UNICAMP/ FE/ HISTEDBR, 1996b.

Aviso nº 248, de 30 de março de 1932 do Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Reconhecimento da Escola Secundária do Instituto de Educação pelo Governo de República. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1932.

AZEVEDO, Fernando. *A Educação e seus Problemas*. v. 1 e v.2, 4 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1948.

_____. *A Cultura Brasileira: A Transmissão da Cultura*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos/ INL, 1976.

_____. *Novos Caminhos e Novos Fins: A Nova Política de Educação no Brasil; Subsídios para uma História de Quatro Anos*. 3 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1958.

BRITO, Mário. A Admissão à Escola Secundária. *Arquivos do Instituto de Educação*. Prefeitura do Distrito Federal: Departamento de Educação, Rio de Janeiro, v.I, n.1, p.27-33, jun. 1934.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1978.

CASTRO, Lea Maria Sussekind Viveiros de. Por uma Escola de Professores: Formação de Docentes na Reforma Anísio Teixeira (1931-1935), 1986. Dissertação (Mestrado Educação). PUC, Rio de Janeiro

DECRETO nº 407. Regulamento da Escola Normal de 17 de maio de 1890. Rio de Janeiro, 1890.

DECRETO n.3.810, de 19 de março de 1932. Organização do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, Av. Rio Branco 113, 1932.

DECRETO nº 1.059, de 14 de fevereiro de 1916, Regulamento da Escola Normal. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1916.

DECRETO nº 8025 de 1881. Regulamento de Instrução. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1884.

PROGRAMAS da Escola Normal. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1929.

PROGRAMA de Ensino da Escola Normal. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

INSTRUÇÕES para Verificação das Condições de Saúde dos Candidatos à Primeira Série do Ciclo Fundamental da Escola Secundária do Instituto de Educação. Distrito Federal, Diretoria Geral de Instrução Pública, 1933.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. *Arquivos do Instituto de Educação*. Prefeitura do Distrito Federal: Departamento de Educação. Rio de Janeiro, v.I, n.1, p.3-13, jun.1934.

LEMME, Paschoal. Manifesto dos Poneiros da Educação Nova e suas Repercussões na Realidade Educacional Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.65, n. 150, mai-ago, 1984.

_____. *Memórias 2*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

LIMA, Hermes. *Problemas do Nosso Tempo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. A Escola de Professores do Instituto de Educação. *Arquivos do Instituto de Educação*. Prefeitura do Distrito Federal: Departamento de Educação. Rio de Janeiro, v.I, n.1, p. 15-26, jun.1934.
- _____. A Formação do Professorado Primário. *Arquivos do Instituto de Educação*. Rio de Janeiro, v. I, n.3, 1937
- _____. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1927.
- _____. Prática de Ensino *Arquivos do Instituto de Educação*. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, v. II, n 4, p.35-6, 1945.
- MARTINS, Ângela Maria Souza. Dos Anos Dourados aos Anos de Zinco: Análise Histórico-cultural da Formação do Educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. 1996. Tese (Doutorado em Educação), UFRJ, Rio de Janeiro.
- MENDES, Dumerval Trigueiro. Anotações sobre o Pensamento Educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.68, n.160, p.493-506, set - dez, 1987.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Universidade e Formação de Professores: Uma Perspectiva Integradora. A “Universidade de Educação” de Anísio Teixeira, 1993. Tese (Doutorado Educação). PUC, Rio de Janeiro.
- MOACYR, Primitivo. *A Instrução e as Províncias. Subsídios para a História da Educação no Brasil (1834- 1889)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.
- PILETTI, Nelson. *A Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927-1930)*. São Paulo: EDUSP, 1982.
- SERRANO, Jonathas. Cinquenta Anos de Ensino Normal. *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro, Publicação Trimestral da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, v. I, n.4, out - dez., 1930.
- SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *História do Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1954.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a Democracia: Introdução à Administração Educacional*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- _____. Educação Pública: Administração e Desenvolvimento - Relatório do Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal. Separata do *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação, v.IV, n.11 e 12, jul-dez 1934.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. Instituto de Educação do Distrito Federal. *Arquivos do Instituto de Educação*, Prefeitura do Distrito Federal : Secretaria Geral de Educação e Cultura. Rio de Janeiro, v.II, n.4, p 19-32, dez.1945.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.